



**VALORIZAR O TRABALHO
E OS TRABALHADORES**

15 horas
18 nov.
M. Pombal/Restauradores



Camaradas, amigas e amigos:

Saudamos os homens, mulheres e jovens que com a sua presença fazem desta uma grande jornada de luta, resultado directo da acção reivindicativa nas empresas e nos locais de trabalho na exigência de mais direitos, melhores salários e de funções sociais do Estado e serviços públicos de qualidade para todos e em todo o país!

Saudamos os que hoje enchem a Avenida da Liberdade e lhe dão o verdadeiro sentido. A liberdade pela qual lutámos, que defendemos e da qual não abdicamos, só será plena se participada, só será efectiva se dela resultarem melhores condições de vida e de trabalho!

Lutamos porque a luta é o motor do desenvolvimento, porque é impossível separar a dinâmica reivindicativa dos avanços que, sendo limitados, possibilitam a devolução de direitos e rendimentos e, acima de tudo, travaram a sangria que o PSD e o CDS se preparavam para continuar e intensificar aos trabalhadores e ao país!

Luta que dá frutos, como comprovam os aumentos salariais alcançados em empresas do sector privado, a integração de trabalhadores com vínculos precários no privado, mas também no sector público. São já muitos os exemplos de que vale a pena lutar como ainda esta semana o demonstraram os professores e os avanços alcançados no sector empresarial do Estado, onde se conseguiu travar algumas privatizações em curso e se pôs termo aos atropelos à contratação colectiva impostos pelo anterior Governo.

Há avanços, mas é curto o caminho até agora percorrido quando comparado com o muito que há para andar. O caminho diante de nós é sinuoso, mas vamos continuar a luta pela valorização do trabalho e dos trabalhadores, contra a política do passado; uma política de submissão ao Tratado Orçamental, aos constrangimentos do euro, à obsessão do défice, que esmaga direitos e a uma dívida que rouba grande parte da riqueza que produzimos; uma política do passado assente em baixos salários, na precariedade no trabalho que se converte em precariedade na vida e numa espiral de fragilização dos direitos de quem trabalha e na rapina dos seus parcos rendimentos.

Este é o nosso tempo! Um tempo em que urge dar às palavras, reconhecimentos e proclamações de vontades, um sentido prático, traduzido em medidas concretas. Medidas que exigem coragem para as implementar e uma opção de fundo para responder aos problemas de fundo que estão na origem das desigualdades.

É preciso uma reposição mais consistente de rendimentos e direitos e a implementação de medidas que rompam com décadas de política de direita. Se a reposição de direitos e salários é de elementar justiça e contribui para o crescimento económico, então há que prosseguir e alargar esse caminho, exigindo um aumento maior dos salários.

Reconhece-se que os trabalhadores do sector público foram brutalmente agredidos nos seus direitos, dignidade e rendimentos, então que se respeite o princípio da actualização anual dos seus vencimentos e se descongelem mais rapidamente as progressões nas carreiras.

Há uma fragilização generalizada das relações laborais, então que se elimine a imposição da caducidade das convenções colectivas, se reintroduza o princípio do tratamento mais favorável e se revoguem todas as normas gravosas na legislação laboral dos sectores público e privado! O Governo tem de assumir se quer repor uma legislação do trabalho que retire ao patronato a chantagem da caducidade das convenções colectivas, ou continuar a convergir com a direita para manter a legislação laboral que desequilibrava as relações de trabalho, acentuou as desigualdades e empurrou mais de meio milhão de trabalhadores para a pobreza.

Hoje há um reconhecimento generalizado que a precariedade é um flagelo e um instrumento para a exploração que promove o assédio, a instabilidade e a angústia dos trabalhadores e condiciona gravemente a organização pessoal e familiar e a natalidade. Contudo, havendo acordo no diagnóstico do problema, tardam as medidas governamentais para por termo a uma situação geradora de empobrecimento de todos, em especial dos jovens. Para a CGTP-IN é imperioso que se cumpra a norma Constitucional de segurança no emprego e efective o princípio de que a um posto de trabalho permanente, corresponda um vínculo de trabalho efectivo.

É preciso acabar com a prepotência patronal que pressiona a desregulação dos horários de trabalho, tenta impor as adaptabilidades, bancos de horas e horários concentrados, para fugir ao pagamento do trabalho extraordinário e pôr em causa a saúde dos trabalhadores e a organização da sua vida pessoal e familiar.

Todos proclamam a necessidade de salvaguardar o futuro da segurança social. Pois então que se garanta a estabilidade no emprego, o combate ao desemprego, a melhoria dos salários e, desta forma, das contribuições, sem nunca perder de vista a necessidade de diversificar as fontes de financiamento para uma protecção social pública, universal e solidária a todos quantos dela necessitam.

É neste quadro, no plano da edificação do nosso futuro colectivo que afirmamos a valorização do trabalho e dos trabalhadores como objectivo central de uma nova política que assegure o desenvolvimento e o progresso social.

A aposta em melhores salários é a forma de garantir a milhões de trabalhadores e às suas famílias condições de vida mais dignas, de dinamizar a economia, de permitir às pequenas e médias empresas escoar e aumentar a sua produção, de dar ao Estado mais meios, por via dos impostos, para desenvolver a sua actividade. A aposta nos salários é um investimento com retorno comprovado, ganham os trabalhadores, ganha o emprego, a produção nacional, ganha a receita do Estado para reforçar os serviços públicos e as funções sociais, ganha o país.

É por isso que se exige que o SMN passe para 600€ em Janeiro de 2018. Há todas as condições para responder positivamente a esta reivindicação porque é justa, é possível de concretizar e vai impulsionar a melhoria dos restantes salários para que a distribuição da riqueza deixe de ser um slogan para se tornar numa realidade concreta.

Tal como nos salários, também a aposta na valorização do trabalho é determinante para impulsionar a produção nacional, defender os sectores tradicionais e criar as condições para novas fileiras produtivas, de maior valor acrescentado. Só por esta via se garantirá a soberania e independência nacionais, fixando toda a força de trabalho, nomeadamente a mais qualificada, e atraindo os que de cá saíram e para cá querem voltar, proporcionando no nosso país melhores condições de trabalho e de vida do que aquelas que encontram nos países para onde tiveram de emigrar.

Por tudo isto, dizemos que é tempo de passar das palavras aos actos, de fazer opções e de garantir um novo futuro assente na valorização do trabalho e dos trabalhadores.

O Orçamento do Estado é uma oportunidade para intensificar o curto caminho percorrido, e dar passos sólidos e determinados para uma nova política.

O país não pode e os trabalhadores não aceitam que, para uns poucos nada falte, e para todos os outros se use sempre a mesma justificação – o défice, a manta que é curta, a estabilidade das contas públicas, a credibilidade junto dos “investidores”, dos “credores” e os ratings e as famigeradas empresas que os produzem.

A CGTP-IN tem propostas, tem alternativa, tem soluções!

Os trabalhadores exigem que se renegoceie a dívida pública, nos seus prazos, montantes e juros, e se rompa com o pesado fardo das regras e imposições da União Europeia que são insustentáveis. O Orçamento do Estado drena milhares de milhões de euros só para pagar juros e comissões de uma dívida quem em parte é ilegítima e insustentável. Para alimentar agiotas, passamos de um saldo positivo de mais de 5 mil milhões de euros para um défice próximo dos 2 mil milhões.

Que não se avance com novas PPP e se revejam os contratos que nos colocam a desembolsar mais de 1,7 mil milhões para garantir taxas de rentabilidade usurárias aos grandes grupos económicos, que são parceiros privados quando o negócio dá lucro e parceiros do Estado quando os lucros têm de ser garantidos pelo Orçamento.

Que se trave a saída de dinheiro e mais dinheiro, que faz dos grandes grupos e das grandes empresas, instituições subsídio-dependentes do erário público, com milhões e mais milhões para garantir rendas e pagar investimentos que no essencial apenas garantem benefícios aos accionistas, mas também para pagar os devaneios e a gestão danosa, como é o caso dos 850 milhões previstos neste Orçamento para continuar a acudir ao sector financeiro.

Estas são três áreas para reduzir a má despesa pública a que se poderiam juntar os SWAP's, a contratação externa de advogados e outros "especialistas" para fazer o que os trabalhadores da Administração Pública sabem fazer melhor e com custos inferiores.

Mas se há despesa para cortar, também há receita por arrecadar. Os casos e escândalos da utilização dos offshores para fugir aos impostos, as transacções financeiras que continuam ilibadas de quaisquer taxas, as leis desenhadas a pedido da EDP e outras grandes empresas para aumentar os seus chorudos lucros, a taxa de IRC efectivamente pago pelas grandes empresas que tem anos em que não chega a 7%, ou os rendimentos de capital que são taxados à parte dos do trabalho e em percentagem bem inferior, são exemplos claros onde que é possível e necessário aumentar a receita fiscal, e em simultâneo reduzir os impostos sobre os rendimentos do trabalho.

Como se prova, afinal há dinheiro. O problema é que continua a ser canalizado para o lado errado. Haja coragem e vontade política para investir na satisfação das necessidades individuais e colectivas das populações.

É tempo de respeitar e valorizar os trabalhadores dos sectores privado e público e melhorar a protecção e os apoios sociais.

É hora de garantir a reforma por inteiro e sem penalizações aos trabalhadores com 40 ou mais anos de contribuições para a segurança social; de acabar com penalização de 10% no subsídio de desemprego e de atribuir o subsídio social de desemprego aos desempregados sem qualquer protecção social.

É hora de acabar com as cativações nos serviços públicos, na saúde, na educação, nos transportes públicos, para assegurar a melhoria dos serviços públicos indispensáveis para a melhoria da qualidade de vida da população.

É hora do Governo estar atento aos alertas e propostas dos sindicatos da CGTP-IN. Não foi por falta de denúncia da redução do papel do Estado em benefício do privado e da diminuição drástica de trabalhadores que acabaram por levar muitos serviços públicos à ruptura, sem meios para dar resposta à sua missão.

É assim na saúde, com alguns serviços à beira do colapso e com consequências para a saúde pública e uma suborçamentação crónica do SNS, onde faltam médicos e enfermeiros, hospitais e centros de saúde. É preciso investir no SNS, designadamente nos cuidados primários e na prevenção.

É assim na educação, onde temos milhares de professores no desemprego, milhares de assistentes operacionais a tempo parcial e salas de aulas a abarrotar de alunos.

É assim em extensas zonas do interior do país condenadas à desertificação, enquanto que a prometida regionalização tarda em avançar.

Camaradas, amigas e amigos,

No que respeita à legislação laboral, é tempo de o Governo deixar de ser cúmplice do patronato na Concertação Social e assumir as suas responsabilidades, rompendo com as normas gravosas da Lei do Trabalho que fizeram de Portugal um dos países mais desiguais da U.E..

O Governo não pode ficar colado aos que defendem o regresso da semana com seis dias de trabalho, a redução permanente da retribuição e outras intenções que a implementarem-se significariam um verdadeiro retrocesso social, bem exemplificadas na precarização das relações laborais.

Este é um tempo que nos convoca a todos a subscrever a petição da CGTP-IN contra a precariedade, pelo Emprego com Direitos.

Um tempo de confronto para efectivar os direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores no seio das empresas e serviços. Os locais de trabalho não podem ser espaços interditos à efectivação dos direitos individuais e colectivos. Vamos levar a liberdade de pensar, reivindicar e lutar para o interior de mais empresas.

Vamos alargar e intensificar a acção e a luta reivindicativa nos locais de trabalho, empresas e serviços, porque a luta vale a pena, como a vida prova todos os dias. Daqui saudamos todos os trabalhadores em luta hoje, nos últimos e próximos dias, de todos os sectores de actividade, do privado e público, designadamente da EFACEC, Mineiros, AutoEuropa, Auchan, Pingo Doce, Sonae, cantinas, Cel-Cat, MEO/PT/ALTICE, Centros de Contacto/Manpower e Randstad, Soares da Costa, EMEF, CP, CP Carga, Sumol/Compal, Gramax, e da Administração Pública central, regional e local e de muitas outras centenas de empresas e serviços.

É este caminho que temos de prosseguir, reforçando a organização nos locais de trabalho, sindicalizar e eleger trabalhadores para as nossas estruturas representativas.

Se é certo que temos hoje melhores condições para fazer vingar as nossas reivindicações, não é menos verdade que nenhum direito, nenhuma conquista laboral ou social, nos será oferecido.

A luta é, e continuará a ser, o elemento determinante dos avanços já concretizados e dos que almejamos.

Uma luta que temos de empreender em cada local de trabalho, em cada empresa, pela efectivação do caderno reivindicativo, pelo aumento dos salários, pelas 35 horas de trabalho semanal para todos e contra as adaptabilidades, bancos de horas e horários concentrados, pela integração dos trabalhadores com vínculos precários, pelas pequenas e grandes mudanças que os trabalhadores entendam ser necessárias.

Tomemos nas nossas mãos o nosso futuro, com a força dos trabalhadores, mobilizados na sua organização de classe, com a confiança que a história nos ensina e a determinação dada pela justeza dos nossos objectivos, unidos, esclarecidos e mobilizados - Vamos à luta!

VIVA A CGTP-IN!

VIVA A LUTA DOS TRABALHADORES!!!

Lisboa, 18 Novembro 2017